

ENSAIOS LIVRES



(RE)PENSA
HUMANIDADE

A TODES:

Parece difícil, mas tudo é muito simples. O resumo de tudo está no RESPEITO. Historicamente, o projeto de nação brasileira foi construído em cima do extermínio de povos originários, que tiveram -e ainda tem- suas organizações, memórias, direitos e identidades extintos da modernidade. Apagadas e violadas em nome do nacionalismo. Que forjou uma identidade única e narrativa oficiais que definiam uma história nacional.

Muito bem aceita no século XIX, pelo seus “belos princípios” de organização institucional, como por exemplo a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, responsável por formular registros da história nacional que mais tarde foi revelado e interpretado por muitos brasileiros e estudiosos sociais como um projeto político que tinha como prioridade o progresso econômico, a hierarquização social e domínio do poder político que se justificava por uma falsa sensação de progresso e desenvolvimento quando “nossa sociedade” se torna-se mais próxima da cultura e estrutura advinda do eurocentrismo. Que deveria identificar com hegemonias, princípios de diferenciações e elitismos. Sendo um mecanismo para essa identificação o apagamento de corpos, memórias e existências de “outras” culturas.

Estima-se que existam hoje no mundo pelo menos 5 mil povos indígenas, somando mais de 370 milhões de pessoas (IWGIA, 2015). No Brasil, até meados dos anos 70, acreditava-se que o desaparecimento dos povos indígenas seria algo inevitável. Nos anos 80, verificou-se uma tendência de reversão da curva demográfica e, desde então, a população indígena no país tem crescido de forma constante, indicando uma retomada demográfica por parte da maioria desses povos Segundo o Censo IBGE 2010, os mais de 305 povos indígenas somam 896.917 pessoas. Até quando insistir em ignorar estas pessoas ?

POVOS ORIGINÁRIOS NA VANGUARDA CONTRA O EXTERMINIO, UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA

ENSAIO ESCRITO POR
ANA VITÓRIA VIEIRA



*imagem 1,2,3
usadas na campanha de
18 anos do ATL -
ACAMPAMENTO
TERRA LIVRE*

A EDUCADORES:

Esse ensaio tem por objetivo promover o debate em sala de aula em torno de diversas formas e sistemas que de forma transtemporal tem violentado corpos marcados, como exemplo de povos originários no território brasileiro, sendo naturalizada uma subalternização social,cosmológica e cultural por pré-determinações pejorativas a tradições e formas de existência marcadas como diferentes do padrão hegemônico. Majoritariamente em nossas relações comunitárias conviver com as diferenças, multiplicidades e pluralidades. Excluindo possibilidades de mundos e vivências em equidade com a convivialidade, respeito à subjetividade e auto-inscrição. Onde possamos construir mentalidades colaborativas ao rompimento de ideias e projetos que impedem a continuidade como humanidade, pois colabora diretamente para as entranhas de subalternização de corpos e epistemicídio e genocídios de sujeitos que carregam a origem e o respeito originário entre os SERES.

AOS ALUNES:

Chegou a hora de reconhecer nossos olhares talvez preconceituosos a diferença ! É hora de alertarmos para a urgência de romper com qualquer tipo de violência por determinar que o outro é diferente. Ser diferente não é um erro, é uma forma !

Para conviver em comunidade é preciso reconhecer limites do individual, para que o coletivo possa se expressar, conviver e construir organizações mais horizontais. O sonho ideal de conviver adotando equilíbrio entre os seres, espaços, instituições, subjetividades e acessos. Onde o trajeto para usufruir da vida coletiva, seja pautada às humanidades, à democracia, aos direitos humanos e sobretudo a liberdade identitária.

INÍCIO DO DEBATE TEÓRICO

Os planos de aulas disponibilizados nesta plataforma foram pensados como uma das formas possíveis de promoção de debates em sala de aula que reconheçam e combatam as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e que respeitem-se os Direitos Humanos Indígenas. Historicamente, o projeto de nação brasileira foi construído em cima do extermínio de povos originários, que tiveram -e ainda tem- suas identidades apagadas e violadas. Sendo assim, tanto com a construção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX, quanto com a invasão violenta de terras indígenas e a deslegitimação da cultura desses povos nos dias atuais, nos revela um projeto político solidificado de extermínio, sob a justificativa de um ideário progressista que visa a homogeneidade cultural europeia, através do apagamento das diferenças de qualquer outra cultura.

Parafraseando a fala de Ailton Krenak- líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia indígena crenaque-, no documentário “Brasil em Guerras.doc”, os povos originários desde a invasão pelos portugueses até os dias atuais, estão em guerra.

Assim, a unidade didática terá como função a denúncia e a exposição das técnicas utilizadas para a consolidação desse projeto político, assim como apontar a bravura com que esses povos ter resistido por durante esses três séculos de genocídio.

PRINCÍPIO DA PROBLEMÁTICA

Abordando primeiramente essa noção de organização social como construto humano, pretende-se inserir a questão de “como”, “por quem” e “com qual finalidade” a ideia de um povo brasileiro foi construído. Assim, essas duas aulas pretenderam abordar o que foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o contexto político que envolve sua criação, tornando -se imprescindível. Ao expor a nossa existência enquanto comunidade como algo humanamente construído e não algo inato à nossa existência, posteriormente pretende-se pensar em outras formas de vidas em comunidade que se diferenciam da nossa.

O projeto de nação brasileira surge como uma necessidade após a proclamação da independência pelo Imperador D. Pedro II, em 1822. O Brasil nesse momento foi elevado à categoria de Império e, pela primeira vez, assumiu uma posição de nação independente de sua então metrópole Portugal. Assim, começa-se a pensar em um projeto político que nos concedesse legitimidade como nacionalidade frente às outras potências já existentes. Assim, a fim de consolidar uma instituição que desse conta de reunir acervos documentais sobre a história e o espaço geográfico no Brasil, no primeiro trimestre de 1838, Raimundo José da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa, recitaram em assembleia a proposta da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Para aqueles homens -que mais tarde se tornaram os cânones da historiografia brasileira- era urgente a necessidade da criação do Instituto - um projeto do Estado, financiado pelo Império e que se baseou no Instituto de Paris-, pois com a criação do mesmo, se organizaram os documentos, protegeria-se a memória nacional, traria prestígio e promoção do conhecimento das letras e do conhecimento científico e, sobretudo, se contaria a verdadeira e grandiosa história da nação, tirando assim o país de um obscurantismo que de acordo com os letrados da época, o país estava até então. Nesse mesmo viés é importante apontar, que esses homens intelectuais e que iriam compor o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eram homens brancos, da elite, conservadores, monarquistas e principalmente patrióticos.

**"OS POVOS ORIGINÁRIOS DESDE A
INVASÃO PELOS PORTUGUESES ATÉ OS
DIAS ATUAIS, ESTÃO EM GUERRA."**

Ailton Krenak



Em 21 de outubro daquele mesmo ano, foi unanimemente aprovado e assim concretizada a criação do Instituto, com 27 membros escolhidos previamente, sendo todos homens. Vale ressaltar que o IHGB contou com o patronato do imperador d. Pedro II, a quem foi dado o título de Protetor, o qual incentivou e financiou pesquisas, fez doações valiosas, cedeu sala no Paço Imperial para sede do Instituto e presidiu mais de 500 sessões. Durante o desenvolvimento do IHGB, sob o lema de resgatar a história gloriosa do país e cultivar a nacionalidade, os povos indígenas foram objetificados e retirados de suas faculdades humanas. Por hora, influenciados pelo movimento romancista, usavam o indígena como “símbolo de nacionalidade e expressão do patriotismo” (p.43), tendo suas imagens utilizadas como esculturas frente a fachadas jardins de edifícios de pessoas nobres e tendo até o Imperador D. Pedro II se dedicando a estudar algumas de suas línguas. Mas, por outro lado, a postura mais comum das autoridades políticas era instituir políticas públicas que extinguem qualquer resquício de particularidade dos povos originários. Observamos diversos discursos oficiais que tomavam os indígenas como já “confundidos com a massa da população” e, assim, devidamente integrados à nação.

Esse tipo de discurso, ainda muito em voga nos dias de hoje, serviu para extinguir aldeamentos e a Lei de Terras, forçando o apagamento de seus modos de vida e de suas culturas. A Regulamentação das Missões de Catequese e Civilização dos Índios, Decreto Imperial de 1845, foi o principal regimento político responsável de civilizar os “índios bravos” do Império e integrá-los, sendo o aporte legal utilizado para homogeneizar o povo brasileiro. Além disso, também se utilizava de avisos e recomendações provinciais que a sede imperial lançava sobre as suas regiões. Inclusive, um decreto oficializado também em 1845, indicava que haveria de existir um Diretor Geral dos Índios em cada província e que, sua principal função era aldear os índios para depois promover casamento entre indígenas e brancos.

Essa visão secundarista da população indígena foi reforçada por duas figuras que muito influenciaram o IHGB quanto aos decretos estipulados pelo Império, Von Martius e Francisco Varnhagen. Martius, naturalista alemão, viajou pelo Brasil durante 1817 e 1820, e defendeu que “nenhuma vantagem permanente obterá o país com a fundação de novas aldeias, pois não correspondem ao seu custeio, e ainda menos ao aumento da população, pois se crê, em geral, que a raça indígena desaparece aos poucos”. Além disso, Martius ganhou o primeiro lugar em um concurso instituído pelo IHGB em 1843, com sua dissertação “Como se deve escrever a História do Brasil”; dissertação essa em que afirmou que os índios seriam “ruínas de povos”. Por sua vez, Varnhagen, sócio e secretário do IHGB foi um dos principais admiradores da obra de Martius, chegando a defender até o uso de violência nos tratos de indígenas.



Ainda, por vezes o único papel possível dos povos originários na construção da nação eram suas contribuições braçais, que desde 1840 foi cogitado pelo IHGB para substituir a força de trabalho negra escravizada. Como exemplo dessa promoção forçosa da utilização indígena, o Diretor Geral dos Índios da Província de Pernambuco que afirmava existir ali, terras disponíveis para colonização de imigrantes, podendo os índios serem utilizados como “trabalhadores braçais” a serviço dos colonos. Declarando ainda: “As nossas aldeias de índios estão povoadas de proletários”. Ainda, discursos oficiais como o do militar General Couto de Magalhães, que advogou a favor do aproveitamento da mão de obra indígena dizendo que havia no Brasil “mais um milhão de braços aclimatados e utilíssimos nas indústrias pastoris, extrativas e de transportes internos, únicas possíveis por muitos anos no interior”. Vale pontuar que por se tratar de um discurso oficial, a ideia de se aproveitar da mão de obra indígena vinha permeada em um discurso utilitarista e católico, que por um lado atribuía ao indígena a imagem de trabalhador e potencializador do progresso econômico social, enquanto por outro defendia que o trabalho engrandece-o de moral, pacificidade e da presença de Deus.

Assim, utilizando-se como pilar a catequização, o uso da mão de obra forçada, leis e discursos oficiais, a violência e a ideia de progresso, observamos o apagamento da identidade indígena sob a justificativa de que estavam se misturando com a massa da população, a política imperialista consegue extinguir diversos aldeamentos e destituir indígenas de suas terras e de sua pluralidade cultura. Os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos passaram a ser chamados de caboclos-condição muitas vezes assumida pelos indígenas que escondiam sua identidade diante das inúmeras perseguições.

No fim do período imperial, em 1889, houveram algumas mudanças- mas não uma melhora- no que tange o tratamento dos povos indígenas. Mais especificamente com a ascensão de Vargas, a crescente do industrialismo e o aparecimento das classes médias urbanas, as migrações vindas do campo para as cidades tiveram impacto na estrutura social do Brasil. Alguns historiadores acreditam que nesse período há uma refundação do Brasil e um novo movimento cultural que pensasse um projeto de povo brasileiro. Nesse período ocorreu a publicação dos conhecidos livros Casa grande & senzala (1933) de Gilberto Freyre, Raízes do Brasil (1936) de Sérgio Buarque de Holanda, e Formação do Brasil contemporâneo (1942) de Caio Prado Jr. Esses autores, ao discutirem “as raízes” e “a formação” do Brasil em sintonia com aquele momento sociopolítico, buscavam, além de explicar o passado, apontar um projeto de futuro para o país. Ainda que trouxesse a intenção de repensar a nação brasileira por um viés mais democrático, essas obras também apresentam muitas limitações e pouca alteridade sobre a situação dos povos originários em nosso país.

Pautados nos ideários de evolução e progresso para pensar a história, muitas obras foram fundamentadas nas teorias evolutivas que foram cientificamente postuladas no final do século XIX. A obra Casa Grande e senzala, foi um desses trabalhos que ao pensar o povo indígena e negro como inferiores, cultuou o processo de miscigenação com a saída mais viável para a formação da nação brasileira, onde se uniriam as três raças que formavam o país até então, resultando na verdadeira nação brasileira. O culto à mestiçagem nada mais é do que um projeto eugenista de apagamento das particularidades negras e indígenas, e assim, a prevalência da raça branca.

Somente após o contexto das duas grandes guerras mundiais, e sobretudo com as tragédias anunciadas pelo Holocausto, é que pela primeira vez propõem se pensar a crueldade da colonização portuguesa para com os índios e os negros. Foi nos escritos de Darcy Ribeiro que se observa uma denúncia dessas violências e o extermínio dos povos e da cultura indígena. Mas ainda hoje, e em diversos outros momentos que sucederam a 2º guerra mundial, como por exemplo a ditadura militar de 1964, os indígenas são vítimas de uma política de apagamento e integração, a fim de que não tenham seus direitos reconhecidos.

Podemos notar que há a manutenção de um privilégio branco, que hoje usa a roupagem do discurso meritocrático, que na verdade, nos revela mais de privilégios concebidos do que de merecimento, evidencia uma permanência de um projeto político que reproduz em todas as esferas, um contínuo desprezo pelos povos indígenas.



Com o intuito de mostrar a solidificação do extermínio indígena como projeto político, pretende-se iniciar a discussão dissertando sobre a construção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e suas iniciais intenções. Após essa explanação, pretende-se traçar paralelos com os discursos atuais que, sob uma nova roupagem, convergem com essas intenções postuladas no século XIX e suas urgências resumidas em:

1. Analisar o concurso para escrita da “História do Brasil” e formação do IHGB, sendo levantada a importância de registrar a história, a criação de uma instituição adequada para estes registros.
2. Compreender os mecanismos éticos e protagonismos na criação destes instrumentos de registros históricos e fatos que formam a memória e história.
3. Pensar sobre o lugar de transmissão de diferentes culturas, possibilidades a organização social e pluralidade dos sujeitos e comunidades.
4. Valorização da autonomia, auto-inscrição, liberdade e colaboração e reivindicação de formular ações da política-social e memória nacional.
5. Transmitir conexões, trajetórias de diferentes sujeitos, existências e prioridades sociais em diferentes espaços comunitários e geográficos do Brasil.
6. Desnaturalizar os olhares pejorativos a multiplicidades e pluralidades em repúdio com violências por diferenciação física, simbólica, psíquica, ideologias, lugares sociais e expressões culturais.
7. Demonstrar sobre a existência de outras histórias, fatos e protagonistas na temporalidade e historicidade no contexto do século XIX em contrapartida com as análises hoje disponíveis que lutam por reconhecimentos outros, a partir da transformação e transmissão das ciências humanas e sociais.
8. Reforçar como o uso da tecnologia no mundo contemporâneo se faz primordial para o combate aos estereótipos pejorativos, exclusões, violências sociais e possibilita a transversalidade de modos multilaterais de comunidade.
9. Mostrar sobre a movimentação social contra o apagamento histórico e social.
10. Afirmar que a memória e a patrimonialização histórica é um bem de todos.